

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL
Plenário – 03/08, às 16h

Nesta semana, foi convocada pela Presidência do Senado Federal para terça-feira (02/08), Reunião de Líderes para definir as matérias prioritárias para o segundo semestre. Especialistas e senadores analisam quais devem ser as pautas prioritárias da Casa, tendo como prioridade medidas para diminuir a crise financeira e econômica causada pela pandemia de coronavírus, mesmo em período eleitoral.

Mas os trabalhos no Plenário do Senado Federal já recomeçam nesta quarta-feira (03/08), com sessão deliberativa já convocada, para a apreciação e deliberação exclusiva das Medidas Provisórias que já aguardam sua leitura em plenário e aquelas advindas da Câmara dos Deputados pautadas para esta semana.

Resultado: O Plenário do Senado Federal aprovou nesta quarta-feira (03/08), a MP 1.109/2022, que autoriza o Poder Executivo Federal a dispor sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública em âmbito nacional ou em âmbito estadual, distrital ou municipal reconhecido pelo Poder Executivo Federal. A matéria vai à promulgação.

Também foram aprovadas a MP 1.112/2022, que institui o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no País (Renovar); a MP 1.113/2022, que dispõe sobre o fluxo de análise de benefícios previdenciários e assistenciais sob avaliação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), da Perícia Médica Federal e do Conselho de Recursos da Previdência Social, e sobre a gestão dos imóveis que constituem o patrimônio imobiliário do Fundo do Regime Geral de Previdência Social; e a MP 1.108/2022, que dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação ao empregado e altera a Lei nº 6.321, de 1976, e a

Consolidação das Leis do Trabalho. Aprovadas com as emendas promovidas pela Câmara dos Deputados. Essas matérias irão à sanção presidencial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 01 a 05/08.

O plenário da Câmara dos Deputados realizará sessões deliberativas em todos os dias da semana, como esforço concentrado pelo retorno do recesso parlamentar. Dentre as matérias pautadas, há 07 Medidas Provisórias:

- **MP 1.108/2022**, que dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação de que trata o § 2º do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho;
- **MP 1.109/2022**, que autoriza o Poder Executivo Federal a dispor sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública em âmbito nacional ou em âmbito estadual, distrital ou municipal reconhecido pelo Poder Executivo Federal;
- **MP 1.112/2022**, que institui o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no País - Renovar;
- **MP 1.113/2022**, para dispor sobre o fluxo de análise de benefícios previdenciários e assistenciais sob avaliação do Instituto Nacional do Seguro Social, da Perícia Médica Federal e do Conselho de Recursos da Previdência Social;
- **MP 1.114/2022**, que dispõem sobre o Fundo Garantidor de Habitação Popular, a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito;
- **MP 1.115/2022**, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas;
- **MP 1.116/2022**, que institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens.

Outras matérias também constam na pauta da semana, dentre elas, destacam-se:

- **PL 4.401/2021**, que dispõe sobre a prestadora de serviços de ativos virtuais; e altera o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), e as Leis nºs 7.492, de 16 de junho de 1986, e 9.613, de 3 de março de 1998, para incluir a prestadora de serviços de ativos virtuais no rol de instituições sujeitas às suas disposições;
- **PL 1.776/2015**, que inclui no rol de crimes hediondos os crimes de pedofilia;
- **PL 1.742/2022**, que altera o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), para prever a perda de cargo, emprego, função pública ou mandato eletivo para os apenados por crimes de violência contra a mulher.

Resultado: O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou na sessão deliberativa de terça-feira (02/08), a MP 1.109/2022, que autoriza o Poder Executivo Federal a dispor sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública em âmbito nacional ou em âmbito estadual, distrital ou municipal reconhecido pelo Poder Executivo Federal; MP 1.112/2022, que institui o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no País - Renovar; e a MP 1.113/2022, para dispor sobre o fluxo de análise de benefícios previdenciários e assistenciais sob avaliação do Instituto Nacional do Seguro Social, da Perícia Médica Federal e do Conselho de Recursos da Previdência Social. As matérias foram enviadas ao Senado Federal.

Na quarta-feira (03/08), foi deliberada a MP 1.108/2022, que dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação de que trata o § 2º do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho. A matéria também foi enviada ao Senado Federal.

As demais matérias destacadas não foram analisadas, porém foram incluídos e apreciados: o PL 6579/2013, que altera os arts. 123 e 124 da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984), para restringir o benefício da saída temporária de presos; o PL

5365/2020, que altera o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), para tipificar o crime de Domínio de Cidades, e altera a Lei de Crimes Hediondos (Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990); e o PL 4229/2015, que acrescenta novo parágrafo segundo ao art. 171 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), para aumentar as penas daqueles que cometem estelionatos que impliquem em endividamento das vítimas, venda de bens ou saque de qualquer tipo de aplicação financeira. As matérias irão ao Senado Federal.

**Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – 02/08 –
9h - Plenário 10**

PL 1.395/2021, que acrescenta o §3º ao artigo 3º e os artigos 15-A, 21-A, 21-B, 25-A e 25-B à lei nº 12.850 de 2 de agosto de 2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas).

O relator, Deputado Delegado Pablo (UNIÃO/AM), apresentou parecer pela aprovação, com emenda.

Resultado: O item foi retirado de pauta.

PL 2.821/2021, que dispõe sobre a concessão de anistia aos agentes de segurança pública do estado de São Paulo processados ou punidos por condutas decorrentes da ação para a contenção da rebelião na Casa de Detenção de São Paulo (conhecida como Carandiru), ocorrida em 02 de outubro de 1992.

O relator, Deputado Sargento Fahur (PSD/PR), apresentou parecer pela aprovação.

Resultado: Aprovado o parecer do relator. A matéria vai à CCJC.

**Comissão de Constituição e Justiça – 02/08, às 13h e 03/08 e 04/08, às 9h -
Plenário 01**

PL 4.895/2020, que altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 para criar o crime de “Intimidação violenta”.

A relatora, Deputada Margarete Coelho (PP/PI), apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

Comissão de Seguridade Social e Família - 03/08 – 9h – Plenário 07

PL 2.857/2019, que altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer aumento da pena ao crime de aliciamento de crianças e adolescentes pelo uso de aplicativo de comunicação via internet.

A relatora, Dep. Dulce Miranda (MDB-TO), apresentou parecer pela aprovação deste, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

Comissão de Direitos Humanos e Minorias - 03/08 – 14h – Plenário 09

PL 4.791/2020, que altera a Lei sobre o Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869 de 5 de setembro de 2019), para dispor sobre abuso de autoridade associado a injúria racial; o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), para definir crimes de Ódio Racial; a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, para dispor sobre a captação de informações para prova de cometimento de crimes; e o Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941), para dispor sobre o acesso a informações para prevenção e repressão de crimes de sequestro e homicídio qualificado.

O Relator Dep. Helder Salomão (PT-ES), apresentou parecer pela aprovação.

Resultado: Não deliberado.

**Comissão de Direitos Humanos e Minorias e Comissão de Minas e Energia -
03/08 – 15h30 – Plenário 09**

Está prevista Audiência Pública para debater o tema: Instalação de termelétricas a gás na Baía de Sepetiba (RJ).

Convidados:

1. John Wurdig, Representante do Instituto Internacional Arayara;
2. Juliano Bueno, Representante do Observatório do Petróleo e Gás;
3. Flávio Lontro, Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e

dos Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros-
CONFREM Brasil;

4. **Jaime Mitropoulos, Procurador da República do Ministério Público Federal no Rio de Janeiro;**
5. Helena de Godoy Bergallo, Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ;
6. Philipe Campello Costa Brondi da Silva, Presidente do Instituto Estadual do Ambiente, INEA/RJ;
7. Eduardo Fortunato Bim, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Resultado: Reunião realizada.